

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 2 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

A Participação das Mulheres na Luta Sindical no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará

*Participación de las Mujeres en la Lucha Sindical en el
Servicio Público Municipal del Estado de Ceará*

*Women's Participation in the Union Struggle in the
Municipal Public Service of the State of Ceará*

Germana Farias Aragão

Universidade Estadual Vale do Acaraú – Brasil
professoragermanaaragao@gmail.com

Como citar este artigo:

ARAGÃO, Germana Farias. A Participação das Mulheres na Luta Sindical no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p. 90-110, 2025. ISSN 2177-2886. DOI: <10.5212/Rlagg.v.16.i2.0005>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Participação das Mulheres na Luta Sindical no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará

Participación de las Mujeres en la Lucha Sindical en el Servicio Público Municipal del Estado de Ceará

Women's Participation in the Union Struggle in the Municipal Public Service of the State of Ceará

Resumo

Este artigo, fruto da conclusão da pesquisa de mestrado, tem como objetivo investigar a participação das mulheres no movimento sindical do setor público municipal, no Ceará, com enfoque nas políticas de igualdade de gênero e na construção da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE) e seus sindicatos de base. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de natureza qualitativa e de cunho bibliográfica e a entrevista semiestruturada como procedimentos metodológicos. Os resultados indicam que a atuação feminina no sindicalismo do serviço público cearense é marcante e transformadora. As líderes sindicais entrevistadas compartilharam desafios e conquistas, revelando como conseguem equilibrar militância com responsabilidades pessoais e familiares. Além disso, mostraram habilidades de mobilização e negociação que têm impulsionado conquistas significativas. A pesquisa também aponta a necessidade de políticas sociais de apoio às trabalhadoras.

Palavras-Chave: Sindicalismo. Serviço público. Igualdade de gênero. Território sindical.

Resumen

Este artículo, resultado de un proyecto de investigación de maestría, tiene como objetivo investigar la participación de las mujeres en el movimiento sindical del sector público municipal en Ceará, centrándose en las políticas de igualdad de género y el desarrollo de la Federación de Trabajadores de Servicios Públicos Municipales del Estado de Ceará (FETAMCE) y sus sindicatos de base. Para ello, se utilizaron como procedimientos metodológicos investigación cualitativa y bibliográfica, así como entrevistas semiestructuradas. Los resultados indican que la participación de las mujeres en el sindicalismo de la función pública en Ceará es significativa y transformadora. Las líderes sindicales entrevistadas compartieron desafíos y logros, revelando cómo equilibran el activismo con las responsabilidades personales y familiares. Además, demostraron habilidades de movilización y negociación que han impulsado logros significativos. La investigación también destaca la necesidad de políticas sociales de apoyo a las trabajadoras.

Palabras-Clave: Sindicalismo. Servicio público. Igualdad de género. Territorio sindical.

Germana Farias Aragão



Abstract

This article results from a master's degree research project and aims to investigate women's participation in the municipal public sector union movement in Ceará, focusing on gender equality policies and the development of the Federation of Municipal Public Service Workers of the State of Ceará (FETAMCE) and its grassroots unions. To this end, qualitative and bibliographic research and semi-structured interviews were used as methodological procedures. The results indicate that women's participation in public service unionism in Ceará is significant and transformative. The union leaders interviewed shared challenges and achievements, revealing how they balance activism with personal and family responsibilities. Furthermore, they demonstrated mobilization and negotiation skills that have driven significant achievements. The research also highlights the need for social policies to support women workers.

Keywords: Trade unionism. Public service. Gender equality. Trade union territory.

Introdução

O presente artigo, fruto da pesquisa de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral - CE, tem como objetivo investigar a participação das mulheres no movimento sindical do setor público municipal no Ceará, com enfoque nas políticas de igualdade de gênero promovidas pela Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE) e seus sindicatos de base. É necessário compreender que a questão de gênero está intrinsecamente relacionada à classe social e, conseqüentemente, à exploração da mão de obra humana.

No caso das mulheres, o sistema capitalista tem negado sua liberdade, pois a dupla e tripla jornada exercida por elas, com trabalho doméstico não remunerado, maternidade e inserção no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, sustenta a acumulação do capital nas mãos de uma minoria e a exploração da grande massa populacional. Refletir sobre a construção social da mulher e sua atuação no meio político sindical, historicamente negada, se faz urgente e necessária.

Embora as lutas tenham alcançado avanços, o sindicato tem apoiado a maior participação das mulheres no meio sindical, seja por meio de cursos de formação política ou outras formas de atuação que possibilitem sua inserção nas diretorias, ou apenas reproduzem a conjuntura neoliberal? Será que as mulheres, sob a imposição da dominação masculina, apenas reproduzem a forma de fazer sindicalismo dos homens? Ou conseguem avançar nas discussões e pautas que atendem às necessidades das trabalhadoras, considerando classe social, etnia e orientação sexual?

São estas questões de pesquisa que nos permitiu investigar a participação da mulher no movimento sindical, de modo que pudéssemos compreender e explorar as relações de gênero na política sindical das servidoras e servidores públicos municipais do Ceará. A pesquisa destaca como a política sindical é executada no Ceará a partir da perspectiva de mulheres dirigentes que se destacaram pelas grandiosas contribuições à FETAMCE, com ênfase na promoção da igualdade de gênero, fomentada pela federação e implementada pelas entidades sindicais nos municípios cearenses.

Para tanto, utilizou-se a pesquisa de natureza qualitativa, com foco na pesquisa bibliográfica e na entrevista semiestruturada que foi realizada com seis mulheres sindicalistas. O propósito dessas entrevistas foi preencher lacunas na trajetória histórica da federação, com especial atenção à questão de gênero relacionada à militância, abordando tanto a vivência quanto a perspectiva das entrevistadas.

Nossa motivação para explorar e escrever sobre essa temática está intrinsecamente vinculada à nossa experiência como mulher e sindicalista. Ao longo de oito anos como dirigente do SINDSEP/SQ (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Quitéria), nossa entidade de base, e secretária de mobilização regional da FETAMCE, deparamo-nos, no movimento sindical, com desafios que demandam superação. É relevante salientar que, durante a pesquisa e sua sistematização, resultando na escrita da dissertação, houve uma autocrítica em relação a atuação da pesquisadora como militante.

Reconhecemos que há uma notável distância entre a identificação das fragilidades e a efetiva implementação de um plano de trabalho e ação política para revertê-las. Em muitas ocasiões, superar as vulnerabilidades vai além da atuação individual da dirigente. Nesse sentido, para que o sindicalismo possa verdadeiramente contribuir para a emancipação da classe trabalhadora, é essencial levar em consideração as especificidades de gênero. Isso significa reconhecer que as necessidades, desafios e lutas das mulheres no local de trabalho são diferentes das dos homens. Os sindicatos precisam adotar uma abordagem mais inclusiva e sensível às questões de gênero em suas agendas e ações, a fim de garantir que a luta pela justiça social leve em consideração as diversas realidades enfrentadas pelas trabalhadoras.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em três seções temáticas. Na primeira seção, buscou-se em breves notas dialogar de forma interseccional sobre a participação das mulheres no sindicalismo de base, de modo que possamos perceber as dinâmicas e desafios de sua atuação nos espaços sindicais. Na segunda seção, reiteramos que a organização do movimento sindical cearense perpassou e perpassa pela participação ativa das mulheres, evidenciando serem lideranças e voz ativa na tomada de decisões. Na última seção, evidenciou-se um pouco dos desafios e possibilidades da atuação das mulheres no serviço público municipal cearense a partir de suas trajetórias de vida.

Notas teóricas sobre a participação das mulheres no sindicalismo

No sindicalismo, um ambiente predominantemente masculino, mesmo quando a base é constituída por mulheres, a introdução das mulheres muitas vezes é vista como uma mera reprodução das práticas e prioridades estabelecidas pelos homens. É fundamental reconhecer que as mulheres não estão simplesmente seguindo os passos dos homens, mas sim buscando transformar o sindicalismo e torná-lo mais inclusivo e sensível às suas realidades.

Quando uma mulher assume a diretoria de um sindicato, especialmente em sua principal instância, que é a presidência, obter reconhecimento e ter o apoio da base e dos seus próprios companheiros de diretoria pelo trabalho realizado demanda capacitação, politização e perfil de dirigente. Ela precisa mostrar-se



mais capacitada a assumir a militância em relação aos seus companheiros. Mesmo apresentando tais atributos, é corriqueiro se deparar com o machismo e sexismo exercido pelos homens, bem como com posturas inconscientemente replicada pelas mulheres, que muitas vezes não percebem essa dinâmica devido a dominação masculina que as mantém em uma posição subalterna.

Aqueles que acreditam na mobilização da classe trabalhadora e na luta como meio de construir uma sociedade mais justa frequentemente permanecem dentro das estruturas, com o intuito de (re)construir a essência ideológica. Mesmo sendo minoria, a permanência desses dirigentes torna-se fundamental para mitigar as contradições inerentes a luta de classes que permeiam o movimento sindical. É importante considerar que, mesmo diante das adversidades e da repressão enfrentadas pelo movimento sindical, as trabalhadoras buscaram formas alternativas de organização, conforme discutido por Castro (1995).

Nesse contexto, emergiu no Brasil um feminismo classista dentro do âmbito sindical, no qual os interesses de gênero se integraram as demandas por melhores condições de vida e trabalho, prioridades para as mulheres trabalhadoras. Vale ressaltar que durante esse período, correntes do feminismo autônomo desempenharam um papel significativo nos debates que levaram a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1979, enquanto feministas expressivas também foram integrantes da direção do Partido Comunista do Brasil (PcdoB).

Nos anos 1970, marcados pela dura ditadura militar, foram as feministas, não as sindicalistas, que inicialmente alertaram sobre a precariedade da participação da mulher no mercado de trabalho. Esses alertas enfatizavam as interconexões entre a exploração no mercado e as relações de gênero no âmbito doméstico. Práticas persistentes abrangem estratégias que visam intimidar a atuação de mulheres dirigentes. Além da coerção por diversos tipos de violência, destaca-se o tráfico de influência como uma estratégia de desestabilizá-la emocionalmente. As técnicas de intimidação mais comuns continuam sendo expressões faciais e modificações na entonação da voz. Essa abordagem erroneamente perpetua a ideia de que as mulheres são frágeis, incapazes de lidar com pressões e desprovidas de estratégias de negociação, reforçando a noção equivocada de que o espaço na política sindical não é adequado para elas.

A estrutura patriarcal ao longo da história tem sistematicamente excluído a participação política da mulher, reservando-lhe tradicionalmente funções domésticas e a responsabilidade pelo cuidado do marido, filhos e familiares. O advento das revoluções industriais provocou uma reconfiguração nas atividades produtivas, alterando significativamente o papel social da mulher. Esta passou a ser explorada no contexto da produção de capital, com sua mão de obra sendo amplamente absorvida pelo mercado de trabalho. Entretanto, é importante observar que, mesmo desempenhando frequentemente as mesmas atribuições que os homens, as mulheres muitas vezes enfrentam disparidades salariais devido ao gênero ainda ser um condicionante social e cultural.

Lênin (1980), entende que na medida que as mulheres passam a ser exploradas no ambiente público, apesar de sofrerem a dupla jornada de trabalho, abre-se a possibilidade de criação de um processo de consciência de

classe. Na medida em que, estando em condições que beiram o limite de sua existência, é que então podem passar a perceber a condição em que se encontram e a sua posição no espaço movido pela lógica do capital.

Se torna notório que a hierarquização dos sexos na família dificulta a participação sindical das mulheres, reforçando a discriminação social que enfrentam. A exclusão das mulheres das estruturas organizacionais alivia as tensões causadas pelo excesso de mão de obra no mercado, mantendo vastos contingentes femininos economicamente inativos. O processo de marginalização da mulher na estrutura de classes, justificado pelo complexo de masculinidade e pela mística feminina, perpetua a exploração de sua força de trabalho.

Subjugadas tanto pelo domínio masculino quanto pelo capital, as mulheres historicamente enfrentam invisibilidade nos meios políticos e nas organizações de classe. A despeito de suas lutas ao longo da história por melhores condições de trabalho e vida, a narrativa política das mulheres muitas vezes foi omitida em registros históricos, privando-as do reconhecimento de suas contribuições. Para conquistar espaço no meio educacional, no mercado de trabalho e na esfera política, as mulheres tiveram e continuam travando batalhas pela visibilidade.

Entretanto, o reconhecimento da mulher, em sua dupla identidade de mulher e trabalhadora, como sujeito político, tem sido um processo mais demorado e ambíguo. A complexidade é acentuada pela percepção da mulher na sociedade, na qual o meio político é muitas vezes visto como não sendo lugar para ela. Dessa forma, diversas trabalhadoras acabam por sentir que não é sua responsabilidade compreender o funcionamento de seu sindicato.

A atuação da mulher no meio político sindical é condicionada por diversos fatores, como destaca Saffiotti (2013). A construção social da mulher e a exploração de sua mão de obra pelo capital são determinantes para sua inserção em papéis que se alinham as características consideradas femininas. A autora salienta que as organizações sindicais femininas refletem a dualidade da posição da mulher em sociedades competitivas.

Saffiotti (2013) argumenta que nem por meio do sindicalismo nem pela legislação trabalhista a mulher pode deixar de ser uma trabalhadora marginal nas formações econômico-sociais capitalistas. A emancipação da mulher, segundo a autora, requer uma emancipação convergente do homem. Problemas enfrentados pelas mulheres em sociedades competitivas, insolúveis estruturalmente, são questões de classes sociais que devem ser abordadas coletivamente por homens e mulheres.

De acordo com Scott (1992) e Perrot (2008), a invisibilidade da mulher parece ser interpretada pela sociedade como distinções de gênero, submetendo-as a subalternidade e negando sua participação na luta de classes, incluindo a representação nos sindicatos. A história das mulheres transcende a perspectiva de um sujeito subalterno, sendo consideradas sujeitos invisíveis. Dentro do subalterno, as mulheres são ainda mais invisíveis na história e na ciência em relação aos homens.

A abordagem de gênero e sindicalismo, embora inicialmente possa parecer distante do escopo geográfico, revela-se intrinsecamente conectada às relações de poder que se articulam e se manifestam no território, produto do espaço

geográfico. Essa interligação torna-se fundamental à ciência geográfica, apontando para a necessidade de uma perspectiva de gênero na compreensão do espaço. Silva (2003) destaca a tradição geográfica que, ao privilegiar aspectos visíveis do espaço e adotar dados quantitativos em busca de neutralidade científica, contribuiu para a invisibilidade das mulheres no processo de produção do espaço.

Em um âmbito que transcende o sindicalismo, essa omissão científica em relação à mulher como sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas, que buscam incluir o gênero como objeto de estudo na Geografia. Silva (2003) ressalta que, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia para tornar visível o trabalho das pesquisadoras no corpo da pesquisa geográfica. O compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia nas relações de gênero é enfatizado, especialmente em estudos norte-americanos e europeus, onde o feminismo é considerado um parâmetro simbólico.

Portanto, o estudo das relações de gênero no espaço é crucial para desvendar as dinâmicas socioespaciais e compreender como as relações de poder, aparentemente naturais sob a égide do capital, impactam o trabalhador e a trabalhadora, alienados de sua condição e fragmentados em categorias. A reflexão sobre a participação das mulheres na luta sindical nos direciona a apresentar a relação entre a categoria de gênero e o conceito geográfico de território, entendido como campo pioneiro na significação das relações de poder.

As geógrafas Rose e Mcdowell apud Silva (2003), argumentam que o gênero não pode ser estudado separado de classe e raça e que estes elementos são interdependentes e alvo de disputas de poder. Huxley e Winchester (1991) argumentam que os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, deve contemplar o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino. Rose (1993) em sua proposta teórica, nos lembra que as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço da luta e resistência.

É fundamental destacar que em países de capital emergente, onde as mudanças ocorrem de forma tardia e diferenciada, alguns locais periféricos experimentaram inicialmente a desregulamentação do mercado de trabalho e seus efeitos colaterais. Esses impactos incluem a destruição do estado de bem-estar social e a precarização do trabalho, afetando especialmente as mulheres que enfrentam uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Esta sobrecarga, considerando a entrada no mercado de trabalho, somada às responsabilidades não remuneradas, como afazeres domésticos e maternidade, não apenas contribui para o processo de alienação, mas também restringe a participação das mulheres no meio político.

Ao analisar a participação das mulheres em entidades de classe, especialmente em sindicatos, deparamo-nos com contradições marcantes. Em bases predominantemente femininas, duas situações merecem destaque. Primeiramente, no contexto cutista, no qual os sindicatos são obrigados a respeitar cotas na formação de suas diretorias, observa-se frequentemente que essas diretorias são majoritariamente compostas por homens. Além disso, as

pastas destinadas às mulheres não proporcionam autonomia nem visibilidade, muitas vezes dificultando o acesso das dirigentes a espaços de formação política e crescimento, perpetuando obstáculos para sua ascensão.

No segundo cenário, quando uma mulher assume a presidência do sindicato, a dupla jornada frequentemente a impede de participar ativamente de discussões, especialmente quando é necessário deslocamento para a capital ou outro município. Essa responsabilidade é muitas vezes delegada aos homens diretores. Mesmo quando a dirigente possui autonomia e recebe apoio de sua família, reconhecendo a importância de sua militância, surge uma contradição marcante.

Essa contradição manifesta-se na omissão de pautas direcionadas às mulheres trabalhadoras, as quais, em muitos casos, não são priorizadas ou sequer consideradas nas reivindicações apresentadas ao patronato. As discussões restritas a temas como melhorias salariais e condições de trabalho acabam fortalecendo a reprodução de uma sociedade que perpetua o sexismo, racismo e a homofobia. Essa abordagem negligencia articulações e lutas sindicais em torno de questões cruciais para as mulheres trabalhadoras.

Segundo Mészáros (2002), ao ingressar no sindicato, a mulher começa a vislumbrar o acesso ao espaço público que historicamente lhe foi negado. Embora o sindicato seja percebido como um ambiente ainda marcado por vícios regulados pelo Estado, e, embora potencialmente possa transformar-se em um contra espaço, essa transição demanda mudanças profundas e estruturais. A construção desse contra espaço deve considerar a posição da mulher na sociedade e nos sindicatos, reconhecendo que somente uma força comunitária de produção e trocas sociais pode desvincular as mulheres de sua posição subordinada e promover a igualdade.

O conceito de território e o conceito de gênero dialogam significativamente sobre a participação das mulheres na luta sindical, especialmente na FETAMCE. O território sendo entendido não apenas como uma área geográfica delimitada, mas também como um espaço simbólico onde ocorrem relações sociais e políticas. Nesse contexto, o gênero desempenha um papel crucial, pois influencia a maneira como as mulheres se inserem e são representadas nesse espaço, bem como as dinâmicas de poder e hierarquia que permeiam suas interações.

Compreender como as mulheres negociam e reivindicam seus direitos dentro desse território sindical implica analisar não apenas questões de classe e trabalho, mas também as interseções entre gênero, poder e identidade. Portanto, ao explorar esses dois conceitos em conjunto, é possível obter uma compreensão mais abrangente e contextualizada da dinâmica da participação das mulheres na luta sindical como um todo.

A participação ativa das mulheres na organização do movimento sindical cearense

A transição do associativismo para o sindicalismo dos funcionários e assalariados do Estado acontece na década de 1980. A proibição da formação de sindicatos na esfera da administração pública direta e estatutária antes de 1988 não intimidou o movimento que culmina na reivindicação do direito de sindicalização com o ascenso das greves no setor público. Ressalta-se que a

permissão tardia dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, moldam uma estrutura que:

Apenas no setor público os sindicatos cutistas organizaram-se fora da estrutura sindical. Até 1988, os funcionários públicos estavam impedidos de organizar sindicatos oficiais interligados a estrutura sindical corporativa, embora não estivessem impedidos de organizar, e eles de fato organizaram, sindicatos autônomos frente ao Estado. Após a mudança estabelecida pela Constituição de 1988 nessa matéria, os sindicatos de funcionários tentaram se converter em sindicatos oficiais, mas essa tentativa possui algumas particularidades e o processo de oficialização dos sindicatos de funcionários não se completou. Muitos sindicatos de funcionários não se interessaram por algumas das prerrogativas dos sindicatos oficiais; outras, embora lhes interessassem, foram-lhes negadas - no geral, os sindicatos de funcionários abriram mão de cobrar as taxas sindicais obrigatórias, e a justiça negou-lhes o direito de recorrer à justiça do trabalho para solicitar dissídio coletivo (Boito Júnior, 1999, p. 140).

Segundo Mattos (2003), foi o novo sindicalismo que contribuiu para a formação de sindicatos mais independentes. Nesse contexto, se concretiza os sindicatos dos servidores públicos, ativos na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Os desafios enfrentados pelo movimento sindical apresentam nuances distintas nas diversas regiões do Brasil, sendo mais complexos e dinâmicos em áreas com maior concentração de atividades econômicas, equipamentos públicos e trabalhadores que desempenham serviços essenciais à população.

A partir das entrevistas realizadas com as dirigentes é necessário enfatizar que o contato direto entre os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público com gestores e legisladores, relatado em todas as entrevistas realizadas durante a pesquisa, provocam situações em que, como consequência, a imparcialidade e um tratamento ético aos funcionários públicos municipais muitas vezes não são assegurados, favorecendo um ambiente de trabalho adverso, onde os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras são negligenciados ou assegurados como privilégios.

Essa conjuntura impacta diretamente no poder de organização e mobilização dos sindicatos, estas entidades tendem enfrentar dificuldades significativas para operar sem interferências políticas partidárias que, combinadas com sentimento de impotência e medo, inibem a atuação sindical dos servidores e servidoras. Entre os desafios impostos ao movimento sindical pode-se elencar as mudanças na estrutura produtiva impostas pelo capital, que precariza cada vez mais o mercado de trabalho com longas jornadas e sem direitos sociais assegurados, como o da previdência sendo o outro fator da estrutura sindical brasileira, que facilita a desarticulação do movimento sindical devido ao seu atrelamento ao Estado.

Nessa perspectiva, as conquistas das mulheres no movimento sindical estão sujeitas a retrocessos, requerendo vigilância constante para preservar os avanços alcançados e esses retrocessos impactam na atuação do movimento sindical. A articulação das servidoras e servidores públicos cearenses inicia-se

antes mesmo da regulamentação pela Constituição de 1988, que permite os trabalhadores e trabalhadoras que fazem o serviço público das três esferas, federal, estadual e municipal a se organizarem em sindicatos.

Importante enfatizar que a nível das esferas municipais a maioria dos servidores tinham admissão por vínculos celetistas ou contratuais, predominando a precarização e a opressão desses trabalhadores e trabalhadoras, considerando que para ingressar no serviço público seguiam princípios basicamente patrimonialistas, a estabilidade só seria assegurada depois de dois anos de efetivo serviço com a Constituição de 1934, sendo posteriormente assegurada por todas as outras Constituições.

Em consulta aos arquivos da FETAMCE, ao analisar um Estatuto Social com data de 18 de dezembro de 1986, pudemos comprovar a articulação dos servidores e servidoras públicas cearenses antecedendo a Constituição Federal de 1988, registrando uma longa história de lutas que se inicia com a fundação da federação que é denominada de Federações das Associações dos Serviços Públicos no Estado do Ceará¹. O depoimento de uma das dirigentes entrevistadas vai de encontro a discussão de Hirata (2007), ao abordar a participação das mulheres nas estruturas de liderança sindical. Destaca-se que as militantes sindicais femininas sempre enfrentaram resistência significativa por parte dos homens em diversas regiões do mundo, apesar da necessidade de viabilizar as reivindicações através da participação ativa das mulheres nas direções sindicais.

Na verdade, naquela época a gente via poucas mulheres, eu lembro que eu ingresso na prefeitura em 1982, já tem a organização de uma associação que organiza os trabalhadores, em 1992, me parece que havia uma insatisfação com relação a condução, o pessoal já não mais acreditava por conta de ação judicial que não tinha um resultado, enfim, aí o pessoal resolveu, aliás um membro da própria associação chega para mim aí diz: olha você precisa assumir e eu respondia: mas eu não sei, eu não sei fazer esse tipo de trabalho eu fui contratada como assistente administrativo lá na prefeitura há época eu dizia: mas não dar e diziam: dar é você não tem outro nome, tem que assumir e tal, então assim, me parece que na associação talvez tivesse uns quinze possivelmente dirigentes, me parece que tinha na sequência, não é na primeira eleição, acho que tinha duas mulheres por aí, a gente ver que no decorrer do tempo as mulheres vem avançando, nas direções, aqui, SINDIFORT, nós temos aproximadamente 56% a 60% de mulheres, a maioria são mulheres e mulheres da luta, do dia-a-dia, da responsabilidade com aquilo que optou por fazer, é difícil, a vida da mulher não fica fácil, você tem que cuidar da casa, tem que cuidar da família e você tem que fazer luta, você tem que, enfim, eu não falo nem em uma tripla jornada (Trecho de entrevista concedida para pesquisa em 14/12/2023).

3 Não se realiza menção de sigla no documento, salienta-se que o referido estatuto não representa o primeiro estatuto oficial de fundação da entidade devido anteceder o marco legal que permite os trabalhadores e trabalhadoras no serviço público a se organizarem em sindicatos.



Se faz necessário versar que a organização das servidoras e servidores públicos no Estado do Ceará, inicialmente, ocorre de forma isolada. Na capital, no entanto, esse movimento não se unifica durante a década de 1980. Mesmo assim, os trabalhadores e trabalhadoras que executam os serviços públicos municipais se organizam e resistem diante da retirada de direitos, péssimas remunerações e condições de trabalho na capital, região metropolitana e interior. Com a efervescência acerca da Constituinte de 1988 eclode em todo país e em muitas cidades cearenses movimentos organizados por trabalhadores e trabalhadoras, estudantes e professores universitários, partidos políticos e igrejas. A conjuntura política das décadas de 1980 e 1990 são narradas por algumas companheiras pioneiras no movimento sindical em seus municípios.

Na época a gente ganhava muito pouco, o pessoal que era merendeira ganhava um quinto do salário-mínimo e ainda atrasava até três meses para a gente pegar em Aracoiaba, que fica a cerca de 40km daqui de Ocara, aí a gente já cansada de tanto desprezo começamos a nos reunir, tinha um pouquinho de apoio da Igreja Católica, aí a gente reuniu muita gente, só que a gente não tinha muito conhecimento, muita base, aí o prefeito de Aracoiaba que na época era o Dr. Vicente Bastos (1983-1988), quando demitiu a gente, um bocado de gente foi demitido (Trecho de entrevista concedida para pesquisa em 02/11/2023).

Eu tive o privilégio de entrar no movimento já com uma certa bagagem, uma certa consciência, porém, quanto ao movimento sindical eu não sabia nem como era que as coisas aconteciam, mas em agosto de 1984, nos já promovemos a primeira greve que Quixadá tem conhecimento, inclusive até perguntei já aos pesquisadores que se dedicam a estudar a história de Quixadá, assim como já pesquisei com os mais velhos e não consta nenhum movimento de reivindicação de servidores públicos no passado, pelo menos que se tenha conhecimento, uma greve que anteceda a de agosto de 1984. Quando essa greve aconteceu ainda não tinha nenhuma entidade, o salário-mínimo dos professores e das professoras era em torno de 30% do salário-mínimo nacional, era essa a realidade de Quixadá que era uma cidade grande, uma cidade polo, pois todos os territórios que se limitam com Quixadá já faziam compras e buscavam serviço por aqui, imagina como era a questão salarial dos professores e professoras em outros municípios (Trecho de entrevista concedida para pesquisa em 08/11/2023).

A gente vinha do período do pós-ditadura, a década de 80 foi de efervescência política no Brasil todo, a gente surgiu quanto movimento nesse período de 1987 até os anos 1990, no entanto o coronelismo no interior do Estado era muito forte, aqui eu lembro



muito bem da casa do prefeito, da casa do fazendeiro e assim como era em Itapipoca era em vários outros locais e esse coronelismo dificultava bastante nossa organização pois a perseguição era de demissão ou de transferência para lugar que era de difícil acesso, o tratamento era do coronel com os servidores então era como fossemos servil era assim que éramos vistos, tínhamos que trabalhar por amor e quando cobrávamos direitos éramos muito perseguidos e essa realidade era de muitos locais (Trecho de entrevista concedida para pesquisa em 04/08/2023).

Em Caucaia quando nós entramos no concurso em 1999, esse concurso de 1997 ele teve uma convocatória em 1998 um grupo menor e em 1999 um grupo maior de professores, que ao começar a trabalhar em Caucaia foi muito chocante porque a maioria desses professores moravam em Fortaleza, inclusive eu, e aí era um município onde as condições de trabalho eram muito precárias e não tinha vale transportes e o salário era muito rebaixado e ainda aquela presença de diretores indicação de vereadores, então era uma política muito horrorosa que ficou todo mundo muito impactado e aí foi todo mundo para cima, em 1999 não tinha sindicato atuante no município, então esse grupo de professores que entrou começou a reclamar, então aqui tinha uma cultura dos prefeitos chamarem reunião com os professores, toda reunião que ele chamava era uma baixaria, todo mundo ia com o jornal do concurso, era um ambiente assim de muita denúncia dos desvios de recursos do FUNDEF e Caucaia tinha sido um dos municípios que mais tinham desviados recursos, contrataram uma faculdade porque também era obrigatório que os professores tivessem uma oportunidade de fazer uma graduação, ter as licenciaturas e aí contrataram uma faculdade que era uma fraude, que a sede era num motel, então foi um escândalo de corrupção e então Caucaia virou uma confusão só, porque entrou essa ruma de professores todos críticos, todo mundo chegava nas escolas botando para voar as bandas pelas situações terríveis e aí a gente ficou 1999, aí em 2000 nós rearticulamos o sindicato (Trecho de entrevista concedida para pesquisa em 02/11/2023).

Tivemos uma dificuldade muito grande no governo da Maria Luiza Fontenele em virtude dos repasses, isso ocorre antes da Constituição de 1988, então os repasses do governo eram tudo bloqueados, foram muitos boicotes naquele governo, eu trabalhava na SUMOV (Superintendência Municipal de Obras e Viação), essa superintendência tirava equipes na madrugada para fazer a limpeza da cidade, quando amanhecia o dia o lixo voltava e era jogado o lixo na cidade, então nós sofremos muito enquanto servidores no mandato da prefeita Maria Luiza em virtude disso, a gente passava até de seis meses sem receber pagamento, foram anos difíceis, depois a gente pega Ciro Gomes com dois anos em seguida vai chegando e já



tirando direitos nossos, eu sou servidora da extinta SUMOV (Superintendência Municipal de Obras e Viação), então ele tirou um plano de cargos que a gente tinha conseguido faltando seis meses para terminar o mandato da Maria Luiza, então foi terrível para nós, os dois anos de Ciro Gomes foi de matar, Juraci não era lá essas coisas também e na sequência a gente teve aí, Juraci foi prefeito por dois anos, assumiu como vice de Ciro Gomes, depois foi eleito para um mandato de quatro anos em seguida um mandato de quatro anos do Cambraia e depois mais 8 anos de Juraci e chega Luizianne com dois mandatos consecutivos, então nós conseguimos no primeiro mandato da Luizianne, nós conseguimos avançar bastante, no segundo não, tiveram avanços em algumas categorias, por exemplo, da saúde o IJF teve. Por isso, creio que só existem conquistas se houver organização e muita luta não só em Fortaleza, mas em qualquer município do Estado, do país e do mundo (Trecho de entrevista concedida para pesquisa em 14/11/2023).

Considerando os relatos, Saffioti (2013) aborda o desprestígio e a baixa remuneração enfrentados pelo magistério primário desde o início, destacando décadas de persistência, indo de encontro ao depoimento das dirigentes entrevistadas. A visão de que a educação infantil era uma extensão das funções maternas contribuiu para a predominância feminina no magistério elementar, que por muito tempo foi a única profissão aceita para mulheres. A escassez de mulheres qualificadas e a segregação sexual levaram o poder público a manter professoras, mesmo sem a devida qualificação, enquanto persistia a falta de acesso ao ensino superior o que facilitou a ausência de formação. A autora ainda destaca que até 1930, no Brasil, as mulheres ainda não haviam conquistado seu espaço no ensino superior e universitário. O baixo nível de educação feminina era justificado em nome da suposta necessidade moral e social de preservar a família, como se esta fosse incapaz de persistir diante das mudanças impostas pela evolução social.

Esse cenário reflete a resistência à opressão das mulheres na educação e em diversas áreas profissionais, mantendo estereótipos de gênero e restringindo seu acesso a oportunidades mais amplas. A concepção equivocada de que a preservação da família depende do papel tradicional da mulher contribui para a persistência dessas barreiras ao longo do tempo. Nas entrevistas realizadas nessa pesquisa, fica evidente que as mulheres, submetidas a múltiplas jornadas de trabalho com baixas remunerações, enfrentam diversas opressões. Diante desse contexto, tanto as trabalhadoras quanto os trabalhadores do setor público no Ceará iniciam a articulação e organização em busca de melhorias. Na trajetória da organização do movimento sindical cearense, se torna notório as relações sociais de gênero, classe e raça, em um boletim informativo datilografado encontrado nos arquivos da FETAMCE, mostra-se a articulação da classe trabalhadora (Figura 1), datado de 12 de junho de 1989 intitulado “SERVIDORES PÚBLICOS CONQUISTAM O DIREITO A SINDICALIZAÇÃO”.

Os trabalhadores e trabalhadoras comemoram a conquista do direito a se organizarem, no panfleto explicativo em linhas gerais expõe o que é o

sindicato, qual a diferença entre associação e sindicato e o que irá fazer o sindicato, esse encarte datilografado é direcionado aos servidores de Fortaleza, o que comprova a participação dos servidores e servidoras de Fortaleza e região metropolitana assim como alguns municípios do interior na articulação da federação.

Figura 1 - Boletim informativo direcionado aos servidores públicos municipais de Fortaleza

SERVIDORES PÚBLICOS CONQUISTAM O DIREITO A SINDICALIZAÇÃO
Esta foi uma das vitórias que nós trabalhadores obtivemos na nova Constituição e faz parte de uma luta muito antiga dos Servidores Públicos Municipais, Estaduais e Federais.
Daqui para frente, assim como os demais trabalhadores nós teremos o nosso SINDICATO.

E O QUE É O SINDICATO?
O Sindicato é a organização de todos os trabalhadores de uma determinada categoria para lutar por melhores salários, melhores condições de trabalho, e de vida para os membros de classe.
Como estas são reivindicações que fazem a união dos trabalhadores, o Sindicato não pode ser partidário, nem ter definição religiosa e muito menos exercer o preconceito de cor, raça e sexo.
O Sindicato, no papel de defender os interesses dos trabalhadores deve se aliar a outros sindicatos para participar da condução política do País no sentido de dar orientação para o favorecimento dos interesses legítimos da Nação e de seu povo.

MAS, QUAL A DIFERENÇA ENTRE ASSOCIAÇÃO E SINDICATO?
Bem, o Sindicato tem uma grande vantagem sobre a Associação. Pode participar da negociação coletiva, representando a categoria na mesa de negociação com o Prefeito. Caso o Prefeito não chegue a um acordo em torno de nossas propostas, o Sindicato poderá solicitar da Justiça do Trabalho a instauração do 'Dissídio Coletivo' e assim, ela própria definir os índices de nosso aumento e as demais conquistas que deveremos obter.

E O QUE VAI FAZER O NOSSO SINDICATO?
Ele vai representar e defender a categoria dos Servidores da Prefeitura de Fortaleza em seus direitos profissionais, coletivos e até mesmo individuais.
Lutará pela melhoria salarial, pelo aperfeiçoamento profissional, pela promoção da categoria e pela melhoria de serviços por ela prestado à população.

COMUNICADO
Caro amigo servidor, nós demos o pontapé inicial na criação do nosso Sindicato, e por isso estamos sendo criticados por parte de conhecidos agitados que até então não fizeram nada em benefício dos servidores, a não ser caluniar aqueles que verdadeiramente sempre estiveram e estão ao lado e na luta por melhores dias para todos nós servidores públicos do Município de Fortaleza.
Ao contrário dessa corja, nós os legítimos representantes dos servidores, eleitos para essa finalidade, nunca fugimos da luta, sempre estivemos lado a lado com os funcionários.
Amigo(a) cuidado com essa corja que anda por aí de repartição em repartição com abaixo assinado no sentido de boicotar a eleição da Diretoria do nosso Sindicato que ocorrerá em breve.

AMIGOS SERVIDORES, VISITE-NOS, RUA 24 DE MAIO 903, É A SEDE DO SEU SINDICATO, É A CASA DE TODOS OS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORTALEZA.

Fortaleza, 12 de junho de 1989

Fonte: Arquivos da FETAMCE.

Os dirigentes sindicais dessas entidades, conforme entrevistas realizadas, foram influenciados por várias vertentes. Uma contribuição significativa para despertar o interesse e a participação ativa dos trabalhadores nos diversos municípios cearenses foram os debates promovidos pelo PT e outras organizações políticas. Além disso, a atuação da Igreja Católica, especialmente vinculada a teologia da libertação, as pastorais e a Comunidade Eclesiástica de Base (CEB) proporcionaram uma formação política inicial. Essa influência estimulou a consciência social e a busca por justiça e igualdade, impactando diretamente o engajamento dos trabalhadores e trabalhadoras de diversos

setores.

O Ceará incorpora os movimentos sociais que surgem, assim como o novo sindicalismo que gestou no Brasil, trazendo novos personagens a cena nacional. Segundo Sader (1991), no bojo da luta contra a ditadura e pela democratização do país, combinaram nesse processo, movimentos semelhantes aos que haviam eclodido nos países centrais, como movimento feminista e movimentos orientados para a reivindicação da democracia e de necessidades básicas de sobrevivência. Eram assim, grupos sociais diversos com identidade e perspectivas próprias, contribuindo para desvendar a complexidade da sociedade brasileira e dos conflitos que atravessam, além de renovar a prática política.

Ainda no contexto da luta pela democratização do país, Santos (1998) aborda que os movimentos sociais permitiram que a ideia de democracia que se esboçava, extrapolasse a concepção da democracia formal, representativa, ao mesmo tempo em que chamaram atenção da sociedade para a singularidade de diferentes condições sociais, até então não percebidas como dimensão política.

Esse poder de mobilização não eclodiu apenas na capital e a região metropolitana cearense, o interior do Estado também se tornou um cenário ativo na busca por melhores condições de trabalho e remuneração para os servidores públicos municipais, principalmente os professores e professoras. A interiorização da Universidade Estadual do Ceará (UECE) desempenhou um papel significativo nesse processo, especialmente por meio do curso de Pedagogia e dos encontros promovidos por esse curso e pelo movimento estudantil. Sobre a importância da interiorização do Ensino Superior, Campani e Holanda (2020, p. 7), enfatizam:

Compreendemos o processo de interiorização do Ensino Superior como uma ação de democratização do acesso dos indivíduos associado às políticas de permanência nas instituições de Ensino Superior a saber: currículos e pesquisas comprometidos com o desenvolvimento regional, ampliação das capacidades intelectual e política dos alunos, empoderamento das comunidades locais, democratização nas decisões dos processos formativos, políticas institucionais de inclusão e fortalecimento da extensão universitária.

Instituições como a Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) criada em 06 de setembro de 1983 e vinculada a UECE e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) criada em 1976, sendo em 1983 vinculada a UECE, localizada em Quixadá, foram importantes centros de articulação e organização dos trabalhadores do serviço público municipal no interior do Estado. Essas instituições ofereceram espaços para discussões, formação política e mobilização, desempenhando um papel crucial nesse processo, especialmente por meio do movimento estudantil e do curso de Pedagogia, na conscientização e na busca por melhores condições para os servidores públicos municipais. Além das Universidades, a igreja e movimentos sociais exerceram papel fundamental para formação política da população e dos dirigentes que atuam no movimento sindical do ramo dos municipais.

Assim, as mulheres dirigentes expressam em seus relatos a conjuntura política décadas de 1980, 1990 e dos anos 2000 e as contribuições de diversas instituições são relatadas em seus depoimentos. O registro da presença feminina entre os dirigentes sindicais indica um avanço inicial na representação de gênero nesse cenário sindical, embora evidencie a necessidade contínua de promover a participação equitativa de mulheres nas lideranças sindicais e nos espaços de tomada de decisão.

As mulheres no serviço público municipal cearense: desafios e possibilidades

Segundo Saffioti (2013), no contexto do sistema capitalista, as mulheres enfrentam uma dupla desvantagem. Observa-se uma subvalorização das capacidades femininas no âmbito superestrutural, enquanto no plano estrutural, verifica-se uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção. A mera emancipação econômica da mulher não é suficiente para libertá-la de todos os preconceitos sociais que a discriminam, destacando que a força de trabalho é diferenciada com base no sexo e na raça/etnia, enfatizando que as condições de gênero e raça atravessam as classes sociais, ocupações de baixo prestígio e com remuneração reduzida são frequentemente associadas a um reduto da mão-de-obra feminina.

Geograficamente, as experiências das mulheres e dos homens podem variar significativamente com base na região em que vivem. Em algumas áreas, as mulheres podem enfrentar formas mais intensas de alienação, limitações e opressões devido às normas culturais, políticas ou econômicas específicas dessa região. Por exemplo, em determinadas sociedades mais conservadoras ou em regiões onde a igualdade de gênero é menos valorizada, as mulheres podem sentir uma alienação mais intensa em relação às suas aspirações e direitos.

Por outro lado, a libertação das mulheres dessas formas de alienação também pode impactar positivamente os homens, desafiando e alterando as estruturas patriarcais que muitas vezes também prejudicam a liberdade e a expressão plena dos homens. Ao examinar a participação feminina em entidades sindicais, particularmente nos sindicatos, deparamo-nos com discrepâncias notáveis. Em bases predominantemente compostas por mulheres, duas situações merecem atenção especial. Inicialmente, no contexto cutista, no qual as cotas de gênero são impostas para a composição das diretorias, é comum observar uma predominância masculina nessas instâncias.

Adicionalmente, as áreas designadas para as mulheres raramente conferem autonomia ou visibilidade, muitas vezes dificultando sua participação em espaços de desenvolvimento político, o que perpetua barreiras para sua progressão. Ao longo da trajetória da FETAMCE é visível a ascensão das lideranças femininas mesmo a meio a todas as opressões de violência impostas, mesmo que inicialmente as mulheres sindicalistas que construíram e constroem a federação em um primeiro momento não entendessem e visualizassem as questões de gênero. É notório que a luta feminista foi fundamental e necessária para incorporar a perspectiva de classe, destacando que a emancipação humana somente será alcançada se a luta de classes for capaz de destruir simultaneamente a opressão feminina.

Quatro das mulheres entrevistadas já ocuparam a presidência da federação no Ceará, muito embora todas as entrevistadas se destaquem pela militância na construção da luta sindical e na busca pela valorização profissional, com participações em momentos históricos distintos. É relevante ressaltar a amplitude de experiências entre as militantes, abrangendo tanto aquelas que escolheram a maternidade quanto aquelas que, mesmo não sendo mães, dedicam-se ao cuidado de familiares. Notavelmente, as que escolheram o casamento se destacam como exceções no cenário cearense, pois, mesmo em diferentes períodos históricos, encontraram parceiros que compartilham responsabilidades domésticas e familiares, proporcionando apoio. Apenas uma das entrevistadas passou por um desquite. E todas tem sua independência econômica.

Contudo, é relevante ressaltar que uma delas desafiou as normas de uma sociedade conservadora ao conduzir a maternidade de suas filhas como mãe solo, destacando-se como uma figura inspiradora. Apesar das distintas histórias de vida e lutas que as diferenciam, o que as une é a sororidade, a garra, a determinação e a força para lutar por direitos e por um mundo melhor. As entrevistadas relatam as dificuldades em virtude conciliar uma dupla ou tripla jornada com a atuação no movimento sindical.

Os relatos ilustram de forma vívida a realidade de muitas mulheres que atuam em movimentos sociais e sindicais, conciliando responsabilidades de mãe com suas lutas políticas e trabalhistas. A construção de uma identidade militante e materna entrelaça-se, neste caso, com os conceitos de sororidade, solidariedade e superação coletiva, aspectos essenciais na história de mulheres que enfrentaram desafios estruturais para garantir condições mínimas que possibilitassem a participação feminina nas lutas sindicais e sociais.

Eu fui da direção estadual da CUT, quando eu ia para reunião com a Grenda pequena lá não tinha nada e eu passava o dia na CUT então coloquei na reunião tem que comprar banheira, rede, tem que comprar as coisas para me oferecer o mínimo de condições para eu vir com minha filha, até hoje o Acrísio brinca muito porque ele dizia que a Grenda era filha dele. Na época ele era o presidente da CUT, e eu levava ela porque ela só mamava, todavia as companheiras segurava ela, colocava na rede, balançava, banhava, e foi assim, eu me impus quanto militante e mãe, nada foi a mim oferecido, faço parte de um grupo que foi pioneiro no debate que os eventos tinham que ter creche, que tinha que ter condições para as mulheres estar vindo e permanecer na luta, depois esse debate se tornou mais orgânico mas no início era uma exigência minha pessoal e todos que foram presidente da CUT ajudavam e acompanharam o crescimento das minhas filhas (Trecho da entrevista concedida para pesquisa em 08/11/2023).

Nesse relato, a entrevistada menciona que exigiu a implementação de uma estrutura de suporte para mães na CUT, sendo uma das pioneiras na introdução desse debate. Essa posição se alinha com os estudos de bell hooks, que discutem o impacto do feminismo e do movimento sindical na transformação

de estruturas rígidas que muitas vezes excluem as mulheres que são mães. hooks (2000) argumenta que o apoio entre mulheres é fundamental para superar o isolamento que a maternidade pode causar, especialmente em contextos de militância. Esse tipo de apoio, manifestado por sua companheira de luta reflete a sororidade, um conceito que fortalece a autonomia e a presença feminina em esferas de decisão predominantemente masculinas.

As redes de solidariedade se tornam fundamental para viabilizar a atuação das mulheres no movimento sindical. Nesse sentido, uma outra entrevistada destaca que:

Conciliar tudo isso, quando eu engravidei da Maria Sofia, foi uma coisa que não foi planejada, então me pegou muito de surpresa porque eu era muito do mundo, agenda sindical de domingo a domingo, não tinha dia, não tinha hora, e aí quando eu me vi grávida, a mamãe com os problemas de saúde dela que eu cuidava da mamãe, fui a filha que mais cuidou da mamãe, então eu tive medo de não dar conta, como é que ia dar conta de estar grávida, de ter uma criança e tal, mas aí na FETAMCE teve todo um processo, no sindicato era só eu e a Catarina liberada e sofrendo perseguição, então a Catarina sempre foi meus pés e minhas mãos, ali a gente caminhou muito junto, foi muito parceira, me ajudou muito até porque foi uma gravidez conturbada, com problemas de saúde, e na FETAMCE, a Netinha tinha ficado grávida, ela já tinha tido a filha dela mais velha, aí eu fui tive e depois ela teve o Lucas, então foram 3 crianças que nasceram na FETAMCE no mesmo período, e houve uma sensibilidade da FETAMCE de entender que precisava dar um suporte da Netinha porque ela morava no interior, estava vindo para capital, e tinha que ter esse suporte para ela, eu já morava aqui, era mais tranquilo mas mesmo assim quando eu assumi a presidência a Maria Sofia ainda era pequena, os Congressos, a CUT tinha a política de creche, a Maria Sofia foi para todas as creches quando ela teve direito, já até diziam que a Maria Sofia estava pronta para dar palestra sobre creche de congresso, porque tanto da FETAMCE, quanto da CUT estadual e nacional a Maria Sofia ia para tudo, ela usou todos os direitos dela de creche, e sempre foi muito tranquilo porque havia esse ambiente de mulheres que compreendiam que precisava ter o suporte, que precisava ter a tranquilidade necessária pra poder estar bem, então precisava a filha estar perto em um Congresso, as vezes a gente tinha dificuldade de arranjar alguém, tanto que eu não tenho o sentimento que eu não fui uma mãe ausente, assim no período dela mais criança, talvez agora que ela esteja maior talvez eu seja mais ausente porque ela também é muito no celular, mas não sei se é a leitura que ela tem, as vezes teve uma vez que ela comentou que parecia que eu era ausente, então cada um as vezes absorve de um jeito, mas assim conciliar isso sempre foi muito tranquilo porque assim a vida da Maria Sofia foi dentro de sindicato, foi na luta também e o Ismael também nunca teve resistência com isso, mamãe era que as vezes implicava, acabou que o papai faleceu

muito cedo, eu tinha uns 24 anos, em 2004 o papai faleceu e aí a mamãe foi quem mais conviveu mas aí eu já estava levando a mamãe para alguns momento que dava, a mamãe tinha dificuldade de locomoção, mas onde foi possível levar, ela conheceu vários lugares me acompanhando, eu levava porque ela as vezes era um pouco triste, tinha uma tendência meio depressiva, então levava também e já estava era gostando e também entendendo que era um trabalho (Trecho de entrevista concedida para pesquisa em 02/11/2023).

Fica expresso em seu relato a experiência de um maternar ativo em meio a militância sindical e o desafio de integrar responsabilidades familiares, profissionais e sociais. Esse cuidado não implica apenas as responsabilidades tradicionais da maternidade, mas também a disposição para sustentar laços e solidariedade que fortalecem tanto a vida pessoal quanto a coletividade. Apesar de as militantes compartilharem suas experiências, torna-se evidente a presença de uma dupla e até tripla jornada, que não se limita apenas à maternidade, lembrando que o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres.

Para as líderes que optaram por ser mães, essa escolha representou conscientemente mais responsabilidades, e além da maternidade, há também a sobrecarga do trabalho doméstico, que tende a recair mais sobre as mulheres do que sobre os homens. Certamente, a decisão de uma mulher sindicalista de não constituir uma família não a isenta das preocupações de seus pais e irmãos. A militância sindical muitas vezes coloca as mulheres em posições de destaque, expondo-as a situações que demandam coragem e determinação devido aos enfrentamentos com quem detém poder político e econômico. Os familiares, conscientes da realidade da violência de gênero, naturalmente têm receios e inquietações com relação à segurança e ao bem-estar da mulher sindicalista.

A luta por direitos trabalhistas e igualdade de gênero frequentemente envolve desafios consideráveis, e muitas vezes a mulher sindicalista opta por omitir da família os locais que ocupam como forma de preservar a família de preocupações, hooks (2000) chama atenção para a importância de ter parceiros que respeitam e apoiam as ambições de suas companheiras, particularmente em espaços de luta. Esse apoio se torna um pilar para a continuidade da militância e para o desenvolvimento de uma visão de mundo mais ampla e crítica, que transcende as expectativas conservadoras e familiares.

Além disso, as entrevistas revelam claramente como as mulheres são vistas no seio familiar, reforçando a ideia de que as mulheres têm outro papel na sociedade que está relacionado às tarefas domésticas, e ao entrar no mercado de trabalho assumem uma dupla jornada, intensificando o tempo de trabalho, enquanto os homens além de não assumirem da mesma forma a sua parte na responsabilidade das tarefas domésticas, podem participar de qualquer atividade sem que precise esconder da família. Mas as mulheres foram à luta e mesmo com muito sacrifício pessoal, conseguiram provar capacidade de ocupação de novos espaços.

Considerações finais

Este artigo, de caráter reflexivo e crítico, apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado em geografia desenvolvida na Universidade Estadual Vale do Acaraú. No decorrer do texto exploramos a organização do movimento sindical no Ceará e a participação das mulheres no serviço público municipal, dialogando de forma interseccional e desconstruindo estigmas, preconceitos e estereótipos sobre a trajetórias de mulheres na luta sindical.

Este estudo, dentro do arcabouço teórico-metodológico, reitera a natureza interdisciplinar da ciência geográfica e sua capacidade de abordar temas já amplamente discutidos por áreas como História, Sociologia e Filosofia. Destaca-se que as relações sociais, especialmente a relação entre o ser humano e a natureza que caracteriza o espaço geográfico, juntamente com as relações de poder estabelecidas nesse espaço para delimitar territórios, permeiam questões de gênero.

A análise das entrevistas destacou a relevância da presença e atuação feminina na liderança sindical, tanto em âmbito local quanto na esfera da FETAMCE. As dirigentes sindicais compartilharam experiências, desafios e conquistas, enfatizando suas habilidades de mobilização, articulação e negociação, além de discutirem os dilemas enfrentados ao conciliar a militância sindical com aspectos pessoais, como maternidade e casamento. Essas mulheres se mostraram a frente de seu tempo, contribuindo para o dinamismo e politização da luta sindical dos trabalhadores e trabalhadoras municipais cearenses. Sua atuação evidenciou profundo conhecimento político, habilidade negociadora e capacidade de conquistar avanços significativos, transformando a realidade das comunidades em que estão inseridas.

Referências

BOITO JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CAMPANI, Adriana.; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. Os programas de formação de professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA): aportes para refletir sobre a interiorização do ensino Superior. **Revista Uni-pluriversidad**, v. 20, n. 2, p. 2-17, 2020. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/unip/article/view/339648>.v. Acesso em: 25 out. 2025.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. **Revista Estudos Feministas**, n. 3, v. 1, p. 29-51, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16913>. Acesso em: 25 out. 2025.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 12, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ>. Acesso em: 25 out. 2025.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: Da Margem ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HUXLEY, Mattew.; WINCHESTER, Hilary. Residential differentiation and social reproduction: the interrelations of class, gender, and space. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n. 2, p. 233-240, 1991. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/d090233>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LENIN, Vladimir. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

PERROT, Michelle. **Mi historia de las mujeres**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2008.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Resenha. **Revista Interfaces**, v.1, n. 2, p. 137-140, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7xkvVJ6R3tpMGXfq5KjT4RG/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 328-248.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 25 out. 2025.

Recebido em 06 de agosto de 2025.

Aceito em 05 de outubro de 2025.

Germana Farias Aragão

